

POLÍTICAS PÚBLICAS E CONHECIMENTOS TRADICIONAIS

Priscila Freire Rodrigues*

RESUMO

A dimensão humana da Amazônia ainda é algo recente no âmbito das políticas públicas e sociais para a região. Por mais insólita que possa parecer essa afirmação, numa aproximação maior com essa realidade, vemos que as políticas estão distantes do público e não necessariamente são sociais, no sentido da participação e o acesso popular. Desse modo, este trabalho aborda como se relacionam essas políticas no contexto amazônico, tendo em vista uma relação direta com os conhecimentos tradicionais da Amazônia. Os conhecimentos tradicionais são vistos não como mero discurso, mas sim, como culturas de saúde que apresentam formas de saúde coletiva de modo acessível e já presente no cotidiano popular. Pensar, pois, em política pública nesse contexto é um grande desafio e necessário desde que se entenda a Amazônia em sua complexidade de bio e sociodiversidade existentes e em interação.

1 INTRODUÇÃO

Uma compreensão mais aprofundada da diversidade humana na Amazônia se impõe como uma problemática socioambiental ampla, principalmente se consideramos os conhecimentos tradicionais no rol de diferentes âmbitos que não se limitam ao respeito às culturas, mas estão no nó da questão no campo dos interesses econômicos. Esses interesses podem ser definidos em diferentes aspectos pelos quais lhe servem de justificativa sempre de cunho utilitarista, portanto, à mão de seus manipuladores diretos. Podemos salientar de modo geral que, essa abordagem tenta refletir, sucintamente, alguns desses entraves na esfera das formulações de políticas públicas.

Desse modo, pensar em políticas públicas e sociais na Amazônia que possam estar voltadas para a saúde coletiva precisa problematizar velhas conformações políticas e novos interesses econômicos em escala global. Considerar os conhecimentos tradicionais nesse contexto deve ser um fator de contestação às práticas de decisões autoritárias e de distanciamento da participação popular que ignoram a existência dos sujeitos sociais.

2 CULTURAS DE SAÚDE E SAÚDE PÚBLICA

*Socióloga. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas.

Perceber as pessoas, compreender suas relações, reconhecer seus saberes quanto ao uso dos recursos naturais impõe à pesquisa social repensar a relação sociedade/natureza em nossa contemporaneidade. Os conhecimentos tradicionais demonstram compreender diferentes tempos de usos dos recursos naturais e estes não meramente como recursos, mas evidenciam diversidade de significados temporais para com a natureza. O uso e formas de uso de plantas medicinais revelam um saber específico, não somente enquanto estratégia de vida, no sentido prático do viver cotidiano, mas também, uma visão de mundo que comporta aspectos materiais e simbólicos da vida social.

Desse modo, os conhecimentos tradicionais apresentam uma relação direta de significados da natureza com relação ao cuidar da saúde. Este é um aspecto importante principalmente quando percebemos que ainda são práticas culturais ignoradas de políticas para atender a saúde pública.

As políticas públicas na Amazônia nesse contexto poderiam ser revistas a partir da riqueza não apenas natural, mas também social que essa região apresenta, pois é nessa sociodiversidade que as estratégias do cotidiano revelam culturas de saúde. Grande parte dos conhecimentos tradicionais que manipula da biodiversidade para o cuidar da saúde está em sua maioria apenas visados na perspectiva econômica. Assim, são os usos das plantas medicinais apropriados, transformados em mercadoria e perdem toda uma riqueza de significação cultural muito mais abrangente do cuidar das pessoas que essas culturas de saúde compreendem. Certamente é um desafio às políticas de saúde, mas que ainda não foi incorporado à concepção das formulações de políticas públicas na região. É uma grande perda que ocorre na Amazônia quando em vez de pensarmos alternativas de acesso à saúde coletiva através da riqueza dos conhecimentos tradicionais ocorre o aumento de remédios de farmácia de acesso restrito a quem pode pagar por eles.

É preciso um posicionamento mais crítico e político contra hegemônico a esses processos, pensando no caso das formulações de políticas públicas e sociais principalmente se considerarmos a necessária participação popular junto a tais processos decisórios.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS E O CONTEXTO AMAZÔNICO

É preciso que se analise que concepções movimentam as políticas voltadas para a Amazônia, limitando-nos à brasileira, considerando a questão ambiental de forma ampla, onde diferentes aspectos de ordem social e econômica nacionais e global são condicionantes preponderantes. Haja visto os acontecimentos históricos, a cobiça dos recursos, o interesse desprovido da preocupação com as populações locais. Nesse contexto a grande diversidade presente nesse local pouco ou quase nenhum benefício traz de fato

aos interesses locais e nacionais. Os maiores beneficiários desse processo são de fato os detentores do capital (o lucro pelo lucro) e deixam muito ou nenhum espaço para priorizar as especificidades da realidade local. Mas, a questão que interessa é pensar as influências das políticas ambientais para a Amazônia brasileira, ainda que no âmbito das idéias, perceber as diferenças enormes a nível mundial e nacional com o local quanto aos dilemas socioambientais.

A questão ambiental enquanto política ainda não forma política pública, pois de certo modo, ela é recoberta pelo planejamento estatal; vide os programas governamentais para a Amazônia onde predominantemente tratam da questão ambiental como patrimônio natural e pela soberania nacional. Trata-se política estatal como política pública, duas noções semelhantes, mas que tem no sentido prático suas diferenças de forma mais evidente. De acordo com Maria Augusto (1989) o planejamento é forma privilegiada da ação do Estado, numa visão desenvolvimentista de superação da dependência econômica do país, tornando possível mudanças de ordem estrutural. Diferentemente, às políticas públicas se atribui a intervenção estatal, mas de menor alcance transformador. A forma como as idéias tomam corpo na imbricação dessas noções podem gerar conseqüências negativas: o distanciamento da participação democrática da população e um processo decisório autoritário das políticas para a Amazônia brasileira. Isto apresenta algumas problemáticas em torno da produção dos conflitos ambientais, pois o que vai fazer parte das preocupações das políticas ambientais como políticas públicas são geradas em processos de pactuação acima da sociedade e não com ela.

Desse modo, o que vem a ser interesse da sociedade não passa necessariamente por ela já que as demandas sociais são interpretadas por uma suposta visão holística que estaria de competência da esfera estatal para a formulação de políticas e elaboração dos planejamentos. Nesse sentido, o que vem a ser de âmbito público e privado ganha seus contornos nas atividades políticas em processo no país. Como nos assevera Maria Augusto,

Por suposto, o objeto prioritário da interferência estatal são as questões definidas institucionalmente como estando ligadas ao interesse geral. Entretanto, o âmbito do que se qualifica como público, ligado ao interesse geral, não é delimitado de maneira isenta, uma vez que o Estado é um lugar de domínios e conflitos, contraditório em sua natureza, e não um espaço de neutralidade, situado além e acima das diferenças constitutivas do social.

E ainda, “nele, a capacidade de reivindicar e ver satisfeitas as aspirações e demandas políticas é diferenciada, conforme seja à força de pressão e de persuasão dos diversos sujeitos sociais envolvidos”. (AUGUSTO, 1989, p.107)

As aspirações e demandas políticas para a Amazônia brasileira predominantemente se encontram nessa perspectiva, pois são contraditórias. Nesse contexto parece estar mais evidente quais os interesses econômicos, que vêm a cabo dos interesses políticos, mas em nenhum momento se tem ressaltado quais as aspirações e demandas de uma sociedade tão diversificada como a amazônica.

Não dá mais para engolir que o problema da Amazônia é a sua dimensão geográfica e sua formação natural, para falarmos de entraves a questão é estrutural de ordem política e econômica. Não apenas em nível nacional, pois a intervenção econômica internacional e os grupos de interesses desses países ricos caracterizam a manutenção de uma política macroeconômica que correspondem aos interesses do grupo. Normas, diretrizes, políticas de mercado etc. estão postos quando se trata de políticas públicas, já que estas não podem interferir de modo a provocar mudanças que atinjam tais bases. Considerando a questão ambiental de forma ampla como política ambiental, representa um foco basilar que se tornou inquietante com as projeções do Relatório de Brundtland e na Eco 92, que entra então, como um campo no âmbito das políticas de desenvolvimento econômico com a noção de desenvolvimento sustentável.

Contudo, pensar o contexto amazônico impõe uma outra conjuntura para além das análises nas conferências internacionais.

A Amazônia não é apenas um laboratório biológico com sua rica biodiversidade, mas também, é povoada por uma riqueza cultural diversificada e heterogênea.

A noção de sociodiversidade será melhor compreendida se considerada como expressão das diferenças e desigualdades, que são noções trabalhadas a partir de seus significados históricos. As diferenças identificadas em grupos, populações e sociedades passam a ter existência concreta e simbólica a partir das situações de contrastes e comparações. (FREITAS PINTO, 2005, p. 172)

Não se trata apenas dos povos indígenas, mas justamente de não homogeneizar os índios, caboclos, ribeirinhos e conseqüentemente seus modos de existir, pior ainda se se tem parâmetros de comparação com outros lugares do país. Cada região teve um processo de ocupação e formou, a cada momento histórico, suas particularidades enquanto meio urbano, cultura etc.

A relevância de considerar a variável humana no trato das políticas públicas voltadas para a Amazônia é nos situarmos novamente frente as influências das políticas ambientais para essa região, posto que nelas, de forma hegemônica, tendo em vista os interesses econômicos, a floresta amazônica é imposta como prioridade sobre outras questões. Contudo, no âmbito de estudos e pesquisas, as perspectivas sociais vêm contribuindo para a percepção da configuração das populações amazônicas. Mesmo que a dimensão humana seja algo recente dentro das políticas públicas no contexto amazônico,

mais trabalhos científicos chamam a atenção pela perspectiva da relação social com a natureza na Amazônia.

Como afirma Freitas Pinto,

Parece estar ficando claro para um número crescente de estudiosos – certamente com consequências na opinião pública – a consciência de que a Amazônia não pode ser compreendida satisfatoriamente se não houver uma mudança de paradigmas em relação ao reconhecimento de sua diversidade natural em suas relações com sua diversidade cultural.

E ainda,

O que significa compreender que não basta reconhecer que nos encontramos diante de um conjunto de biodiversidade e sociodiversidade em variados graus de interação. É necessário aprofundar o conhecimento de como se configuram essas múltiplas diferenças, de como elas se relacionam entre si, como estão interligadas e como são interdependentes. (2005, p. 189)

Pensar a questão ambiental enquanto política pública no contexto amazônico tem proporções muito mais amplas e profundas sobre uma realidade heterogênea e diversificada, até mesmo sua paisagem natural apresenta uma matiz nos mais diversos tons de verde. As políticas para a Amazônia muito avançariam se partissem delas da compreensão necessária que assevera Freitas Pinto quanto a aprofundar o conhecimento das interfaces sócio culturais na relação sociedade/natureza que se configuram na Amazônia. No entanto, não se trata de perceber as populações amazônicas, ou mais precisamente, os povos indígenas e as sociedades tradicionais como conservacionistas *naturais* da biodiversidade, posto que é novamente moldar uma realidade homogênea e perder de vista que interesses de grupos específicos são velados.

Portanto, problematizar a questão socioambiental no âmbito das políticas públicas voltadas para a Amazônia brasileira, se impõe como um campo complexo onde é preciso pensar em alternativas sustentáveis da manutenção das formas de existir na Amazônia brasileira frente a políticas que alijam os direitos da população amazônica de seus territórios e do uso de seus recursos naturais. Pensar políticas públicas nesse contexto é um grande desafio e necessário, desde que se entenda que essas políticas precisam melhor compreender as necessidades e diferenças locais e garantir a participação democrática popular com a projeção real de sua auto-gestão social, política e econômica.

4 POLÍTICAS SOCIAIS, SAÚDE COLETIVA E CONHECIMENTOS TRADICIONAIS

A consolidação dos direitos sociais no exercício da gestão participativa popular com a formulação de políticas públicas descentralizadas e acessíveis passaria a constituir

em políticas sociais mais realistas e eficientes. No entanto, as políticas sociais sempre são prioridades depois dos interesses econômicos, o que caracteriza no âmbito do Estado a eterna esmola à população, distante dos processos decisórios no país. Nesse contexto, os interesses coletivos estão postos como problemas sociais e não como direitos.

As políticas sociais são apresentadas assim, como pacotes de mitigação às carências de alimentação, saúde, habitação etc. através de programas sociais que não representam ou mesmo, não aspiram, a nenhuma mudança estrutural dessa realidade de precariedades. O conjunto de boas intenções dos programas governamentais não é o suficiente, é preciso ação efetiva que regularize o acesso as camadas sociais a essas políticas e sobretudo, a abertura de canais de participação popular nos processos de decisão das mesmas. (AUGUSTO, 1989)

Considerando especificamente a atenção à saúde é notória a deficiência da ação de políticas para atender a demanda social por atendimento médico. Não se trata somente, de forma isolada, da atenção à saúde e o tratamento de doenças num conjunto de precariedades sociais que dão conseqüências a outras. A estas situações, as políticas sociais têm sempre o caráter assistencialista, minando, ao mesmo tempo, a participação política da sociedade. Todo um saber popular é assim ignorado nesses processos não participativos.

Características dessa realidade são expressas na longa demora em conseguir atendimento médico, longa espera em filas de hospital, falta de medicamentos e principalmente seus custos muito caros etc. demonstram a ineficácia das políticas de saúde. As políticas sociais no âmbito da saúde precisam ser constantemente revistas diante do surgimento de novas endemias e de alternativas para uma melhor execução das políticas e de alcance, de fato, a população.

Diante desse contexto, as interfaces entre os problemas socioambientais e a saúde coletiva têm uma relação direta no que toca o direito a um ambiente saudável para todos e todas.

A biodiversidade amazônica é nesse campo bastante visada, pois é altamente lucrativa para as indústrias farmacêuticas. Pensando as reflexões em relação à Amazônia, muito se discute e em defesa, sobre as patentes com o aproveitamento industrial de princípios ativos oriundos de conhecimentos tradicionais. No entanto, esses saberes são resultantes de processos históricos sociais e culturais, transmitidos por gerações, o que os caracteriza como um saber coletivo, portanto, conflitante com a individualização capitalista de propriedade privada. Estas são questões absolutamente relevantes, que devem ser problematizadas, pois não podemos perder de vista que muitas pesquisas científicas são financiadas por instituições capitalistas entre as quais, estão empresas que se apropriam

dos saberes locais e fazem deles comércio de produtos exóticos, sem retorno de fato significativo, ou nenhum, para os seus detentores.

Nesses termos estabelecer uma relação entre as políticas sociais, saúde coletiva e conhecimentos tradicionais não se trata de um emaranhado sem sentido, muito menos se trata de considerar os conhecimentos tradicionais institucionalizados para percebê-los de fato importantes. Mas o saber popular demonstra o alcance prático e eficaz no viver cotidiano. Ressaltar a sua importância no âmago dessas relações é conferir a não subordinação a práticas autoritárias a cabo dos interesses econômicos de indústrias capitalistas que fazem das doenças uma atividade somente lucrativa.

Estudos de etnoconhecimento têm contribuído cada vez mais para enfoques alternativos de uso de plantas medicinais. Contudo, uma questão inegável diz respeito à apreensão desse conhecimento de forma anti-ética e socioeconomicamente controladora, na medida que o conhecimento tradicional sobre plantas medicinais se tornou alvo da exploração capitalista que utiliza as populações detentoras desse conhecimento como fornecedoras de matéria-prima para o lucro de grandes indústrias químicas, de cosméticos etc. Mas neste campo, a complexidade não é mero discurso para inventar conflitos, pois é preciso atentar que no âmbito das políticas sociais estas não estão isentas de interesses particulares em detrimento dos interesses coletivos. Atentar para relevância dos conhecimentos tradicionais no nó dessas problemáticas é percebê-los nos processos contra hegemônicos frente a práticas de políticas autoritárias e centralizadoras que descaracterizam o que é de direito social como o eterno benefício estatal.

5 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

No alcance prático das formulações de políticas públicas e sociais é preciso buscar compreender as idéias e os impactos dessas idéias sobre a Amazônia, pois são muitas as políticas de proteção aos recursos naturais, biodiversidade, patrimônio genético, floresta, mas as populações humanas não são visadas enquanto sujeitos sociais que precisam ser ouvidas. Os dilemas socioambientais na Amazônia ao longo do tempo vêm sendo caracterizados por estudos que cunharam idéias já cristalizadas em discursos “acabados” sobre as necessidades dos povos amazônicos. Novas perspectivas passam a repensar essa realidade nem só harmônica e nem só conflitante, mas complexa na diversidade socioambiental que comporta.

Pensar em políticas públicas e sociais para essa região precisa conhecer de forma contundente essas realidades. Daí, por sua vez, é preciso repensar o que se entende por políticas públicas e sociais voltadas para a Amazônia, sem desconsiderar que estas

estão diante de questões socioambientais amplas e que necessariamente precisam se aproximar das diferentes realidades sociais, culturais, políticas e econômicas das localidades amazônicas.

A saúde coletiva é apenas uma dentre essas questões, e que apresenta um grande dilema de acesso à saúde, independentemente de se estar no rural ou no urbano. Mas, sem perder de vista suas reais diferenças, a questão trata-se na verdade das possibilidades de políticas sociais incorporarem alternativas que considerem culturas de saúde que possam ser de fácil acesso popular e baixo custo econômico. Nesse sentido, não se trata tornar o conhecimento tradicional uma política pública, porque este não cabe em rédeas homogeneizadoras, como geralmente são políticas públicas que não atentam para as especificidades e diferenças de cada localidade. Também não interessa pensar no reconhecimento dos saberes locais, no âmbito de políticas sociais, enquanto retorno aos seus detentores, mas, lhes conferir a auto-gestão. São processos que levam tempo e também boa vontade política, onde a contingência se impõe, mas, ao mesmo tempo, precisam ser ações que vão acontecendo. Assim, estabelecer a saúde coletiva como um meio termo entre os conhecimentos tradicionais e as políticas públicas e sociais na Amazônia brasileira, é estimular contestações políticas por vias à participação popular, que deve participar diretamente desses processos decisórios – eis, a luta incansável.

REFERÊNCIAS

AUGUSTO, Maria Helena Oliva. Políticas públicas, políticas sociais e políticas de saúde. **Tempo Social; Ver. Sociologia**. USP, São Paulo, 1(2): 105-119, 2 sem, 1989.

BARBOSA, Frederico Simões. Política de investigação em saúde no Brasil. **Cad. Saúde Pública**, vol.3, n.3, Rio de Janeiro July/Sep.1987.

CAVALCANTE, Clóvis. (org.) **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. 4 ed. São Paulo: Cortez: Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2002.

COUTO, Rosa Carmina; CASTRO, Edna e MARIN, Rosa Acevedo. (org^{as}.) **Saúde, trabalho e meio ambiente: políticas públicas na Amazônia**. Belém: NAEA, 2002.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. Idéias, conhecimento e políticas públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. **Rev. bras. Ci. Soc.** vol.18,n.51,São Paulo, Feb.,2003.

FREITAS, Carlos Machado de. Problemas ambientais, saúde coletiva e ciências sociais. **Ciênc. Saúde coletiva**, v.8, n.1, Rio de Janeiro, 2003.

PINTO, Renan de Freitas. As representações científicas da Amazônia: o lugar das etnociências. In: FREITAS, M. de (org.) **Amazônia: a natureza dos problemas e os problemas da natureza**. Manaus: EDUA, 2005. V. 1, p. 169-193.

SCHERER, Elenise e OLIVEIRA, José Aldemir de. (orgs.) **Amazônia**: políticas públicas e diversidade cultural. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

VICENTIN, Genésio; MINAYO, Carlos Gomes. Saúde, ambiente e desenvolvimento econômico na Amazônia. **Ciênc. Saúde coletiva**, vol.8, no.4, Rio de Janeiro, 2003.